

A velhice é boa

» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras



O tempo destrói tudo, mas também constrói. É dele que se faz a vida. Sempre gostei dos velhos e sempre pedi a Deus para chegar à velhice. Muito se fala, hoje em dia, que os medicamentos descobertos pela ciência e o estilo de vida são responsáveis pela longevidade. E se relacionam muitas pessoas que envelheceram e continuam trabalhando e mantendo vivo seu estilo de vida. Com isso, agradam famílias, filhos, netos e bisnetos, que se reúnem em torno de avós e bisavós para receber ternura e retribuir com afeto e carinho.

No Brasil, segundo o IBGE, são 780 mil pessoas com mais de 90 anos; comigo, 780.001, sendo as mulheres a maioria, número que tende a crescer nos próximos anos.

Vejo, com grande satisfação, que os nonagenários (ou os quase) estão ativos no cenário político, econômico, artístico mundial, plenos de vigor e fortes em suas circunstâncias, que vão do trabalho a danças, vida social, exercícios físicos.

Como exemplo, vejo a querida amiga Fernanda Montenegro, no auge dos seus 96 anos, minha colega da Academia Brasileira de Letras, onde sou decano, a aproveitar sua glória de grande atriz que domina não só o teatro, mas também o cinema, a literatura, a televisão e continua cumprindo, inclusive, com seus deveres sociais. Ela está vivendo uma emoção inédita: ver a filha, também Fernanda, brilhar como a primeira atriz brasileira a ganhar o Globo de Ouro (prêmio para o qual ela foi indicada em 1999) e ainda ser o alvo da mobilização do país inteiro

para que alcance o Oscar — o orgulho não é só dela, mas de todo o povo brasileiro.

Tive a felicidade de ser amigo da Fernanda mãe e — posso dizer — também do pai, Fernando Torres, intelectual, ator e premiado diretor de teatro — um grande homem, de uma empatia pessoal rara.

E o coração de Fernanda Montenegro? Como está? Deve estar repleto de alegria e plenitude por sua filha, a Nanda, a Fernandinha, a gloriosa Fernanda Torres.

Agora, nesta semana, recebi uma carta do nonagenário Jean Chrétien, ex-primeiro-ministro do Canadá, dizendo que estava comemorando seus 91 anos com muita satisfação, mas, sobretudo, comunicando que escrevera uma carta pública dirigida ao povo canadense, protestando contra as declarações de Trump de que o Canadá deveria se incorporar aos Estados Unidos.

Eu conheci o estadista Jean Chrétien, no InterAction Council, uma organização internacional de ex-chefes de Estado e de Governo, de que sou membro, em companhia de Bill Clinton, Jimmy Carter, Raúl Alfonsín, Felipe González, Takeo Fukuda, Helmut Schmid, Miguel de la Madrid, Lee Kuan Yew e muitos outros estadistas de renome, como Henry Kissinger, Robert McNamara.

Agora, falando da velhice, devemos louvar, aqui, Tancredo Neves, que, quase octogenário, aos 76 anos, deu sua vida pelo Brasil, herói e mártir da Democracia. E lembrar os velhos guerreiros que nos deixaram saudades e exemplo de coerência de vida, como o velho Ulysses Guimarães (falecido em atividade, aos 76 anos), que dizia: "Sou velho, mas não sou velhaco."

E os da estirpe dos nossos João Amazonas, Luís Carlos Prestes e Giocondo Dias (também falecidos em atividade, respectivamente, aos 90, 92 e 74 anos), considerados os fora da lei nos tempos de Getúlio Vargas.

Quero citar ainda o exemplo de Julio

Sanguinetti, ex-presidente do Uruguai que, nos seus 89 anos, em plena atividade, em breve, estará no Brasil para participar comigo das comemorações dos 40 anos da Democracia.

Não vamos esquecer o papa Francisco, lutando contra quedas em suas viagens na peregrinação mundial pregando o Evangelho; o excepcional Rubens Ricupero, nos seus 87 anos, com a cabeça brilhante escrevendo memórias e fazendo conferências, um dos maiores pensadores do Brasil de todos os tempos; aos 88 anos, Jorge Gerdau, empresário do aço, firme no trabalho lutando agora com as tarifas do Trump; o meu amigo Fernando Henrique Cardoso, com 93 anos. E temos ainda o mestre Ives Gandra e o bom humor de Ary Fontoura, aos 91 anos — com cinco milhões de seguidores no Instagram —, a dizer: "Neste ano, não quero saber de gente mal-humorada, nem mão-de-vaca e nem de gente que não toma umas biritas."

Não esqueçamos o nosso saudoso Roberto Marinho, falecido em total lucidez aos 99 anos. Ouvi, na festa em que ele comemorava seus 90 anos de idade, o Arnaldo Niskier fazer-lhe uma saudação, dizendo: "Dr. Roberto, quero aqui estar nos seus 100 anos." Roberto lhe respondeu: "Arnaldo, não limite a vontade do Criador."

Para terminar, mas sem acabar, vamos citar Laura Cardoso, com 96 anos; Lima Duarte, com 94 anos. E muitos mais...

Na verdade, ser velho é bom. Eu sou um velho feliz pela graça de Deus de viver tanto, cumprindo o destino em que Deus encheu minhas mãos de estrelas.

Outro dia, disse ao presidente Lula: "Presidente, velho como eu só quer uma coisa: apreço e carinho." E vou vivendo como parte desses nonagenários, agradecendo ao Criador a graça da vida.

Bobbio, o grande político italiano, ao definir sua velhice, disse: "A velhice é muito boa, mas com um grave defeito: dura muito pouco".

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 — Circe Cunha (interina)



circacunha.df@dabr.com.br

Os fundos sem fundos

Volta a pairar no ar o temor de que os bilionários fundos de pensão, das principais estatais do país, mais uma vez, estejam experimentando toda uma sequência de escândalos de corrupção e má gestão desses recursos. Com isso, uma triste página de nossa história volta a se repetir, com os mesmos sinais de impunidade. E tudo isso, bem abaixo do nariz das autoridades, trazendo, mais uma vez, à tona todo um conjunto de crimes graves praticado contra uma classe trabalhadora, que, bem ou mal, tem apoiado o modo de gestão dessas empresas.

O que desta vez deixa escancarado para todos, é que a falta de punição exemplar de casos pretéritos semelhantes pode estar estimulando a volta dessas práticas de dilapidação dos recursos destinados à aposentadoria dos trabalhadores das empresas estatais. É o déjà vu de um escândalo, cujas consequências voltam a recair não apenas nas costas dos trabalhadores, mas de toda a população.

Para se ter uma ideia, em 2024, os Correios registraram um déficit de R\$ 2,1 bilhões. O que se fala dentro dessa empresa é que a situação financeira como um todo é de insolvência. Como sempre, a culpa pelos maus resultados é empurrada de um lado para o outro. Agora, chegou a vez de pôr a culpa na taxa das blusinhas, para cobrir déficit e aumentar a arrecadação. Obviamente, esses resultados, mais uma vez, refletirão no fundo previdenciário da estatal, o Postalís, que, ainda em 2015, obrigou os funcionários a cobrirem um rombo de mais de R\$ 5,6 bilhões.

Naquela ocasião, os trabalhadores foram obrigados a ceder 26% de seus salários para cobrir o rombo. Diante de uma situação que parece mais grave do que o divulgado oficialmente, deputados estão se articulando para montar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar a recorrente má gestão nessa empresa.

Passados 10 anos, a história se repete como farsa e afronta à nação. A questão toda não para por aqui. Não bastasse o fato de que os fundos de pensão estão sendo corroídos, também estão sendo penalizados por más aplicações, apostando em títulos pouco ou nada rentáveis. Na mesma rota de ruína, os fundos estão sendo obrigados a rever suas metas de rentabilidade, pressionados também pela inflação.

Não bastasse, nesse cenário de calamidade, muitos gestores desses fundos, a maioria, com estreitas relações com a esquerda sindical, voltaram ao foco da Polícia Federal. Cientes da quebra anunciada, pensionistas de algumas dessas empresas, sobretudo aqueles que defendem o fundo de pensão do Banco do Brasil, a Previ, organizaram um manifesto em defesa desse fundo junto ao Tribunal de Contas da União. A ideia é não ser apanhado de surpresa com mais um escândalo nesse fundo. Não apenas a Previ, mas outros grupos, como a Associação Virtual dos Participantes de Fundos de Pensão Unidos (AVFPU), Associação Virtual dos Participantes dos Fundos de Pensão Petros (AVPP), Associação Virtual dos Participantes e Assistidos da Previ e Cassi (AAPPREVI). Para esses participantes, é necessário fortalecer a segurança, a previsibilidade e a credibilidade do Regime de Previdência Complementar Fechada, visando futuro e perenidade.

Para esses defensores dos fundos notícias, levando em conta um novo aparelhamento dos Fundos de Pensão, aumentam as chances de novos déficits e, por isso, solicitam urgência nessas auditorias. Os episódios danosos do passado, ainda sem punição, tornam necessário acender uma luz vermelha sobre as gestões atuais dos fundos de pensão. De acordo com esses organizadores, existem pelo menos 353 casos suspeitos que necessitam ser investigados, pois os prejuízos andam na casa dos R\$ 6,62 bilhões. O TCU aprovou auditoria sobre a gestão da Previ, depois que esse fundo contabilizou perda da ordem de R\$ 14 bilhões, entre janeiro e novembro de 2024.

Mais uma vez, o aparelhamento dos fundos de pensão, por pessoas ligadas a partidos, reacendeu as suspeitas de que estamos assistindo a uma volta a um passado que acreditávamos ter sido enterrado pela Operação Lava-Jato, Greenfield e outras que mostraram a atuação de ratas na dilapidação do patrimônio dos trabalhadores das estatais.

A frase que não foi pronunciada:

“Caneta vermelha, vermelha caneta.”

Deputado estadual Manoel Gomes, pensando em outra versão de sua “música” de sucesso

Ontem e hoje

» Valores, verdades, visão de futuro, posições jornalísticas. Vale a pena rever as entrevistas de Maluf no programa Roda Viva sobre a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e do fim do tabagismo.

História de Brasília

Ninguém sabe quem tem razão, mas é uma vergonha o que está acontecendo no Ceará. Os americanos enviaram toneladas de leite em pó para distribuir entre as crianças, mas estão mais preocupados com a luta política. (Publicada em 26/4/1962)



Como a alta dos juros impacta o acesso à educação?

» NIVIO LEWIS DELGADO
Presidente da Fundacred



O acesso ao ensino superior no Brasil registrou o maior crescimento dos últimos dez anos em 2023. Nesse período, o número de matrículas nas redes pública e privada subiu 5,64% — avanço impulsionado pelo incremento do volume de estudantes nos cursos de ensino a distância (EAD). Os dados fazem parte do Censo da Educação Superior.

Embora positivo, o resultado ainda é insuficiente, frente ao potencial de aumento de ingressantes. A mesma pesquisa, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aponta que apenas 21% dos alunos que concluem o ensino médio na rede estadual entram para a universidade no ano subsequente. Mas, afinal, por que isso acontece?

Poderíamos elencar diversos motivos para justificar esse descompasso, como a falta de informação sobre as formas de acesso, a aposta no empreendedorismo, dinâmicas em sala de aula incapazes de capturar a atenção dos universitários, e dificuldades para conciliar estudos e trabalho. Quero, contudo, debruçar-me sobre a razão apontada como a principal por pesquisa recente da Deloitte: restrições financeiras. Mensalidades que não cabem no bolso do estudante e a disputa acirrada por vagas em universidades

públicas acabam por distanciar o jovem do tão sonhado curso de graduação.

A necessária elevação da taxa básica de juros, anunciada recentemente pelo Banco Central (BC), representa um desafio adicional nesse contexto. A alta da Selic para 13,25% ao ano, no intuito de combater a desancoragem das expectativas de inflação, influencia diversos setores da economia, entre eles, o da educação. E já há novos reajustes previstos para março de 2025. Quando a Selic sobe, o aumento do custo de capital para as instituições de ensino tende a dificultar ainda mais a realização de suas missões educacionais. Com uma economia mais apertada, também é factível que haja maior evasão, tendo em vista a dificuldade de alguns alunos para honrarem o pagamento do curso.

Diante desse cenário, o crédito educacional, em que o aluno entra para a universidade e restitui o valor total das mensalidades somente após a conclusão do curso, funciona como uma alternativa que contribui para a manutenção e o crescimento de matrículas no ensino superior. Há opções no mercado que dispensam a cobrança de juros remuneratórios, ou seja, que não tomam a Selic por parâmetro. Esse tipo de solução funciona há décadas e vem garantindo acesso a milhares de pessoas — promovendo a inclusão educacional e produtiva de jovens que concluem o ensino médio em escolas públicas.

Dados apontam que o Brasil é um dos países com a pior taxa de produtividade entre 67 economias no mundo. Em 2024, caiu duas posições no ranking divulgado anualmente pelo Institute for Management Development (IMD), passando a ocupar o 62º lugar. Não por coincidência,

o país mais bem avaliado, Singapura, é também o que lidera a nota no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), ou seja, investir em educação é apostar em desenvolvimento e competitividade, a partir do aumento da produtividade per capita.

A relação entre estudo e inclusão produtiva é evidente. Em 2023, 24% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de idade não estudavam nem trabalhavam. A situação é pior do que em boa parte dos países desenvolvidos, conforme levantamento divulgado neste ano pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O relatório aponta a formação acadêmica — ou a falta dela — como um dos fatores determinantes na hora de conseguir um emprego, reforçando mais uma vez essa tese.

Para superar esse desafio, é imprescindível que, para além das soluções de crédito privado, o país fortaleça investimentos em políticas públicas eficazes. Essas políticas devem priorizar a democratização do acesso ao ensino, a valorização dos professores, a ampliação de vagas nas universidades e a oferta de apoio financeiro contínuo a estudantes.

Somente por meio de um conjunto integrado de ações será possível diminuir a disparidade entre o número de jovens que concluem o ensino médio e aqueles que conseguem ingressar e concluir uma graduação. Não podemos deixar que o custo de capital aumente ainda mais o risco de sermos uma nação desigual em oportunidades e pouco produtiva em comparação a outros países, pelo baixo investimento em ensino. É tempo de acreditar — e de fazer acreditar — em alternativas, para que o Brasil volte a crescer pelas mãos da educação.